

INCLUSÃO ESCOLAR NO SÉCULO XXI: O DESAFIO DAS INTERAÇÕES

Francisco Roberto Diniz Araújo¹

Débora Araújo Leal²

A presente pesquisa proporcionou um estudo a respeito do tema Inclusão escolar e analisar os termos que asseguram o aluno com necessidades específicas e os fatores inviabilizadores ao descumprimento da lei de nº9.394/96, a qual foi fundamentada garantir os direitos assistidos a este aluno, desde o seu surgimento na década de 70 até os dias atuais, abordando o direito à educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, garantindo condições de acesso, permanência participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de necessidade que eliminem as barreiras. A educação inclusiva tem sido um dos maiores desafios principalmente junto ao meio educacional, advindo desde à década de 70; percorrendo uma trajetória, a qual, muitas pessoas fazem parte deste cenário as quais são: família, escola e até mesmo a esfera social. Com base a tal perspectiva surgiu o foco desta pesquisa objetivando analisar e diagnosticar alguns pressupostos que ainda em pleno século XXI, inviabiliza a concretização das leis educacionais, uma vez que a Educação é um direito assistido a todos. Para fundamentação teórica foram escolhidos os autores que tratam sobre a temática, tais como: Carvalho (2000), Mantoan (2006), Oliveira (2003), Tiba (1996).

Palavras-chave: Inclusão. Educação Inclusiva. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A referente pesquisa tem como objetivo analisar os termos que asseguram o aluno com necessidades especiais e os fatores inviabilizadores ao descumprimento da lei de nº 9.394/96, a qual foi fundamentada garantir os direitos assistidos a este aluno.

Falar em inclusão não se delimita apenas em pensar na inserção do aluno com necessidades específicas junto à escola e sociedade; mas, esteia-se além desta perspectiva, fala-se aqui das atribuições de suportes e condições que venham favorecer ao ensino-aprendizagem deste educando.

Por esta via, a formação e capacitação docente, torna-se uma das metas principais para fundamentação do sistema educacional, para isso, os professores precisam obter uma garantia politicamente permanente, a qual, possa lhe assegurar junto ao ensino-aprendizagem; ou seja,

¹ Doutorado em Humanidades e Artes com ênfase em Educação pela Universidade Nacional de Rosario - UNR - ARGENTINA

² Pós Doutora em Docência Universitária - Instituto Universitário Italiano do Rosário - AR (3322.3222)

estes precisam ser instrumentalizados a fim de atender as peculiaridades apresentadas no decorrer da trajetória educacional.

A escola inclusiva deverá ser um lugar apropriado, onde realmente haja uma educação para todos, independentemente de qualquer diferença, ou circunstância. O professor precisa ser preparado para saber conduzir o seu trabalho observando e sabendo lidar com as diferenças e as desigualdades existentes.

Para um bom desenvolvimento educativo, torna-se pertinente o envolvimento do corpo docente como também da família em prol ao sucesso escolar do aluno; sendo por meio dessa interação é que se torna possível a construção e formação do cidadão.

Assim este trabalho, justifica-se por valer como suporte para outros pesquisadores e interessados neste assunto “A inclusão social”; buscou-se aqui despertar uma reflexão a respeito do que realmente é incluir um ser humano com os demais grupos.

A referida pesquisa teve como objetivos específicos, o propósito de conceituar, questionar e até mesmo abordar a trajetória das pessoas com necessidades especiais, observando as incoerências existentes nas políticas educacionais; revendo que algumas novas ações precisam ser implementadas e revistas;

As escolas precisam reaver o seu currículo, e adotar uma nova postura inovadora que favoreça a motivação tanto do corpo docente como também do discente.

Novas metodologias, novos recursos, novos materiais precisam ser adotados nesta trajetória.

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com o objetivo de nortear e despertar um novo olhar a respeito da escola inclusiva. O método de pesquisa adotado para tal investigação foram os procedimentos e métodos abordados em GIL (2010).

Como suporte, utilizado para desenvolvimento desse trabalho foi feito levantamento de informações e revisão bibliográfica, diversificada sobre o assunto, discorrendo em livros, revistas, leis, e escritos, recorrendo-se a autores e materiais disponíveis com temas referentes à inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino; a exemplo, autores como: Carvalho (2000), Mantoan (2006), Oliveira (2003), e legislações como: Plano Nacional de Educação (2001), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outros.

Os desafios da inclusão escolar no século XXI

A inclusão no ensino regular entrou em vigência no Brasil após assinatura de convenção da ONU, onde os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais são garantidos; no entanto lamentavelmente esses direitos são violados. Alguns alunos possui uma determinada deficiência, aí são matriculados numa escola especial, devido os trabalhos que o aluno apresenta e as dificuldades expostas.

Portanto já foi comprovado por vários estudiosos que a inserção dos alunos especiais no ensino regular tem apresentado bons resultados. Um aluno com necessidade especial sendo matriculado em uma escola especial, com o passar do tempo sentir-se-á com o determinado tempo uma pessoa discriminada pelos outros alunos que estudam no ensino regular. Por este princípio, Carvalho(1998, p.91), refere que:

Os próprios professores têm se queixado de sentimentos de segregação. Os que atuam em educação especial lamentam não serem incluídos em todas as reuniões pedagógicas que acontecem na escola ou nas secretarias de Educação, ficando limitados às que são organizadas pela educação especial. Curiosamente seus pares que trabalham em turmas regulares também não são convidados a participar dos trabalhos pedagógicos promovidos pela educação especial. Carvalho (1998, p.91).

Nota-se que o ato de exclusão lamentavelmente começa entre os próprios educadores os quais eram para transmitir um grande exemplo, no entanto iniciou-se uma disparidade no próprio âmbito educacional. Essas situações permeiam toda à esfera social; não se delimita apenas junto aos alunos, mas, pode estar presente até mesmo entre os profissionais de ensino. Também no que se confere a inclusão educacional MEC, envia muito material como recurso pedagógico, no entanto os professores demonstrar certa resistência em não querer usá-los devido a falta despreparo e conhecimento.

Portanto, cursos de especialização ou de formação deveriam ser ofertados, tanto para o professor do ensino regular, como também para o cuidador que diretamente ligado ao aluno que possui uma necessidade especial. No entanto, infelizmente, boa parte dos cuidadores, nunca participaram de um curso preparatório, muitos conseguem o serviço, como qualquer outro.

Porém no que tange cuidar de um aluno com necessidades especiais, não é uma tarefa muito fácil; logo muitos fatores psicológicos estarão envolvidos. Mas, as políticas educacionais no Brasil, lamentavelmente estão transcorrendo lentamente. De acordo com França e Rego (2014; 1995):

Todavia, percebe-se por meio da realidade presente nas escolas brasileiras que a educação direcionada para alunos com deficiência ainda segue a lógica dos

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

interesses políticos e econômicos. Assim, centralizada na lógica do lucro, que cultua a produtividade, a eficiência, a competitividade e tem uma visão deturpada a respeito dos alunos com deficiência como inúteis, incapazes, improdutivos. Para que essa situação se reverta, precisamos continuar denunciando as injustiças sociais e o modelo político-econômico que as produz. Enfim, a escola terá de buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e aprendizagem, orientados por concepções e práticas que atendam à diversidade humana. (FRANÇA, 2014; REGO, 1995.)

Observa que enquanto a educação inclusiva estiver delimitada apenas nos interesses políticos e econômicos e não no homem como um ser humano, não podemos dizer que a educação realmente está sendo inclusiva, mas sim, exclusiva. Falar em inclusão torna-se algo muito fácil, no entanto cumprir esta proposta, lamentavelmente permanece uma lacuna, em aberto aguardando o seu preenchimento. Por isso, que muito se discute o porquê, da ineficiência educacional brasileira. Esses paradigmas, ainda se encontram presentes junto às redes de ensino ocasionando várias divergências.

O papel da escola frente à educação inclusiva

A escola vem passando por diversas mudanças e neste percurso vem adquirindo uma nova performance, principalmente na educação especial; e neste novo cenário a educação inclusiva, não apenas pensa nas pessoas com necessidades especiais, mas também na diversidade existente em nosso meio, logo atualmente o mundo vem passando por diversas transformações, onde a tecnologia está presente em todos os lares e a globalização está sendo a nossa maior intermediária. Atualmente povos e nações se comunicam com a maior facilidade, as informações estão veiculadas rapidamente.

Neste século, o qual, pode-se dizer que está batizado em “século do conhecimento”, a interação social se faz presente a todo instante; portanto compete à escola lançar um novo olhar a respeito da inclusão e observar se realmente encontra-se preparada e adequada para receber todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais. Neste propósito Paidéia (2014) nos diz que: “Uma escola inclusiva só pode permanecer com o ensino inclusivo e uma educação na qual a desigualdade do grupo não seja um problema”. Por esta perspectiva, a escola deverá trabalhar e preparar os seus educandos a interagirem com a diversidade existente em seu meio, de forma a observarem que todos são seres humanos e que deve existir uma harmonia entre todos.

A inclusão nas escolas tem se tornado uma realidade gradativa muito comum junto ao ensino regular, existe alunos com paralisia cerebral, Síndrome de Down e outras deficiências motoras e sensoriais que permeiam a esfera educacional. Segundo Brasil (2016) compartilha que:

A lei nº 10172, de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado a Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 e 2003.

A escola inclusiva encontra-se em constante readaptação, afim de adequar-se cada vez mais a receber todo àquele aluno que possui necessidade especial e que precisa estar interagido com os outros adquirindo conhecimentos ou até mesmo inferindo com os seus. E nesta interação harmônica começa a construção e formação de um cidadão, o qual esteja preparado para atuar junto ao seu meio coerentemente. Quando se fala em educação inclusiva, deve-se pensar não apenas no âmbito escolar, mas sim, no exercício da cidadania, onde o cidadão também possa cumprir com os seus deveres cívicos e até mesmo atuar no campo de trabalho como verdadeiros profissionais.

Logo a escola é o lugar onde se capacita o sujeito como um agente ativo e transformador que saiba coerentemente apoderar-se do mais vasto conhecimento; a ponto de construir uma nova realidade em torno de si e de outros. Em vista que o princípio fundamental da educação inclusiva está assegurado no direito de todo ser humano ter acesso à educação, portanto toda a escola, sem exceção deve ser preparada para receber toda criança, adolescente, jovens e adultos junto ao meio educacional afim de garantir-lhes um bom ensino aprendizagem.

Porque já foi constatado que a interação do ser humano com outros lhe traz grandes benefícios, como por exemplo: psicológico e até mesmo emocional. Sem falar na aquisição de novos conhecimentos. Para tal, a Legislação brasileira (LDBEN 994/96) nos diz que: “busca garantir que a inclusão escolar permita que as crianças que apresentam algum tipo de necessidade especial, possam se socializar, desenvolver suas capacidades pessoais e aprimora sua inteligência emocional” A escolarização deve ser ofertada às mais respectivas classes sociais independentes de sua raça, cor, religião, cultura, etc.

O ensino regular deve ser acolhedor e ambientalizado a receber todo tipo de aluno, principalmente os com necessidades especiais; esse tipo de modalidade traz muitos benefícios para o ensino aprendizagem. Na proposta de uma escola inclusiva Brasil (2001, p.18) afirma que:

Os direitos de estabelecimentos escolares devem ser convidados e procedimentos mais flexíveis de gestão e remanejar recursos pedagógicos devem criar as opções educativas, estabelecer relações com os pais e a comunidade. (BRASIL, 2001, p.18)

Por esta perspectiva à escola deverá estar apta a ofertar um bom ensino-aprendizagem a todos os educandos, com finalidades precisas a apoiar àquele (a) que necessita de cuidados especiais junto à esfera educacional. A unidade escolar deve permear ações que qualifiquem o processo de ensino. Para que uma escola se torne inclusiva requer três passos: sendo que o primeiro passo é repensar as metodologias do ensino, o segundo passo é reunir a equipe pedagógica e planejar aulas interativas e o terceiro passo é adequar o ambiente escolar para receberem estes educandos.

Mas, uma turma inclusiva tem que buscar a valorização profissional dos professores, buscando novos cursos, ou uma formação que venha colaborar com o ensino-aprendizagem da educação inclusiva.

Nas salas de aula, todos os alunos devem atingir gradativamente o mesmo nível e obtenção de conhecimento obviamente levando em consideração que cada um tem sua forma especial de aprender. Portanto a readaptação curricular observará a situação apresentada em cada perspectiva de ensino. Ressalta-se que vivemos integralizados em uma sociedade, e torna-se oportuno dentro da escola já de adquira este aspecto, ou seja, aprenda a conviver em sociedade, socializando os seus interesses mútuos. Por este prisma Mantoan (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula, com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005, p. 96)

De acordo com Mantoan, a inclusão faz parte do nosso cotidiano, e está presente no convívio do ser humano, este necessita estar interagido com os seus semelhantes

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

cognitivamente. A escola é o lugar onde viabiliza o saber e capacita homens e mulheres a uma adaptação coerente junto à sociedade como pessoas livres que não estejam aprisionados na opressão ou na alienação política. A inclusão é a melhor forma de oportunizar o educando a novas conquistas, desenvolver as suas capacidades e a escola é o lugar ideal para promoção desses eventos. Para isso, SALAMANCA (1994) nos diz que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (SALAMANCA, 1994, p.11-12).

Concordando, observa-se que o princípio da inclusão, ancora-se na educação para todos, honrando assim a igualdade de valores e os direitos humanos. Assim num contexto escolar todos fazem parte de um único plano de trabalho, numa interação mútua; entre escola, família e sociedade. A escola é um espaço onde atribui direito a todos, independentemente de gênero, cultura, etnia, condição econômica, condição física, etc. É no âmbito educacional que as diferenças individuais são aproveitadas como novos recursos, para uma posterior aprendizagem. Sabe-se que o papel da escola é de criar condições que favoreçam as exigências da sociedade atual. Neste caso, o currículo funcionará como uma base apesar de ser um grande desafio da inclusão; logo é por meio deste que o professor elaborará suas estratégias e irá se preparar na articulação do ensino-aprendizagem.

A escola inclusiva deve ser concorrente e capaz de orientar e dirigir os seres humanos encorajando-os nas tomadas de suas decisões e nos seus propósitos de novas conquistas em busca de um mundo melhor. A educação desempenha um papel primordial na vida do ser humano. Neste sentido, MEC (2004) enfatiza que:

A educação tem nesse cenário, papel fundamental sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. (MEC, 2004, p.7)

De acordo com o MEC, a escola torna-se a ponte para o conhecimento e a fundamentação do cidadão, para apropriação de toda vasta cultura que o mundo disponibiliza. Sendo dentro do âmbito escolar, o lugar onde se prepara a cidadania, então o espaço educacional deve favorecer condições plenas para formação do cidadão.

A falta de um apoio pedagógico pode ocasionar uma grande disparidade, uma vez que as necessidades especiais precisam de um grande apoio. Para isso a escola tem que ser um ambiente harmônico, favorável com diversos recursos pedagógicos e físicos, os quais poderão ser: rampa de acesso, banheiros acessíveis, material didático, entre outros recursos que concernentemente favoreçam ao ensino-aprendizagem. Para HENRIQUES, (2012) podemos entender:

Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (HENRIQUES, 2012, p. 09).

Uma escola inclusiva tem que se adaptar para favorecer um bom espaço agradável para todos, independentemente de qualquer condição sociocultural, econômica ou até mesmo física; estes atributos não podem servir de contrapeso, ou melhor de obstáculo para a trajetória educacional.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) viabilizado pelo Estado é um dos responsáveis pela qualificação da estrutura física escolar, e também do corpo docente, devendo prestar apoio financeiro e pedagógico, equipando a escola desde a estrutura física (acessibilidade), fornecendo salas equipadas com materiais didáticos, pedagógicos e diversos recursos, além de possibilitar a formação dos educadores para lecionar junto à educação especial como um todo, inclusive propiciando conhecimento de libras e braile aos docentes. Este apoio fornecido pelo poder público e disposto em lei (Decreto nº 7.611) deve ser aplicado a toda rede de ensino, desde pública a privada, onde todo o aluno especial deverá ter direito ao acesso a este atendimento. Assim, quando assistida pelo AEE a escola torna-se uma verdadeira estrutura propícia a receber os alunos com necessidades educacionais específicas.

O papel da Família frente à educação inclusiva

A família tem um importante papel no que se confere a educação inclusiva, pois é no lar o primeiro contato da criança com o mundo, e é no seio familiar que é identificado ou manifesto os primeiros sinais que podem identificar a presença de alguma deficiência ou transtorno.

Diante disso, os pais são os responsáveis por inserir estas crianças nas escolas e influenciá-los à aprendizagem, estes deverão participar do processo educativo devendo frequentar a escola do educando durante todo o ano letivo; frequentando as reuniões, eventos destinados aos pais, e acompanhando o comportamento e desenvolvimento da criança, questionando o professor acerca das notas, das dificuldades apresentadas, da capacidade do aluno, entre outros.

Na educação inclusiva este acompanhamento mostra-se ainda mais necessário, pois os alunos especiais necessitam de maior atenção tanto por parte do corpo docente quanto pela família, pois estes tendem a apresentar dificuldades para aprender e desenvolver seus conhecimentos, por este motivo é necessário que haja uma junção de forças por parte do lar e escola.

Embora seja afirmada a importância da participação familiar no âmbito escolar observa-se que muitos pais não mostram interesse em saber como está o avanço escolar de seus filhos, vão à escola apenas no dia da matrícula, não procuram auxiliar na execução das atividades levadas para casa, não buscando auxiliar de nenhuma maneira em sua aprendizagem.

Esta displicência dos pais diante da vida escolar dos seus filhos acarretará uma série de consequências negativas na jornada estudantil dos educandos, levando-os a tornarem-se alunos desmotivados, rebeldes, desinteressados para aprender, o que dificulta o trabalho da própria escola, pois sem a participação da família, fica uma lacuna educacional na vida da criança. Por este motivo a família e a escola devem andar lado a lado na formação da criança.

Alguns pais acreditam que a educação acontece apenas dentro do âmbito escolar, todavia é certo afirmar que o lar é a primeira escola da criança e é dentro do lar que ela precisa ter o primeiro acesso educação. TIBA (1996, p. 111) diz que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam.

De acordo com o autor, Tiba (1996) a família tem a responsabilidade de formar o indivíduo, e a escola irá contribuir neste processo, e não, ser a única responsável. Quando a

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

criança é estimulada pelos pais a aprender, esta chega à sala de aula interessada em participar das aulas e adquirir conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa objetivou-se analisar a respeito da educação inclusiva, ressaltando que está ainda precisa adquirir novos conceitos lançando assim um novo olhar a respeito da inclusão educacional e social. Incluir alunos com necessidades específicas junto aos demais do ensino regular é um ponto de partida para um novo avanço neste milênio. Bem sabemos que houve diversos avanços nas instituições de ensino em busca de uma superação nos limites e barreiras.

A inclusão social ou educacional, requer mudanças educacionais e de implementação de novas propostas educacionais que venham reaver novas oportunidades inclusivas e não excludentes. Sabe-se que a diversidade está presente em nosso meio e necessita contar com fontes de apoio, que venham subsidiar o ensino-aprendizagem. O material pedagógico precisa estar concernente com a nova realidade.

No decorrer deste acervo bibliográfico, tornou-se possível, aproximar-se do histórico da educação inclusiva, averiguando assim a respeito da importância da formação e especialização, tanto do professor do ensino regular como do tutor, o qual está diretamente acompanhando o aluno com necessidade especial.

Por este prisma, faz-se necessário, que pesquisadores e estudiosos da área educacional, busquem emitir os seus questionamentos, de forma a conseguirem despertar o interesse e a implementação de algumas novas ações das políticas educacionais, as quais possam melhorar a qualidade do ensino brasileiro.

Por este enfoque, torna-se necessário que o próprio educando com deficiência se aceite e seja inserido nos grupos à sua volta. Para que neste propósito possa haver a inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 09/01/2001.

_____. Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: . Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL, Escola. **Meu artigo; Inclusão: A escola está preparada para ela?.** Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/.../inclusão-escola-esta-preparada-para-ela.ht...>

_____. Lei nº 8.069, 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em Abr.2017.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 23 dez. 1996.

_____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > . Acesso em : 04 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____, **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial.** 2ºed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

FRANÇA, S. D. **Inclusão de alunos com NEE no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).** 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Programa de Doutorado em Ciências da Educação, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2014. ®O, T. C. **Vygotsky: uma aprendizagem histórico-cultural da educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

HENRIQUES, R. M. **O CurrículoAdptado na Inclusão de Deficiente Intelectual.** Disponível: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf > Acesso em: 30 de Jul. 2012

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In Nova Escola, maio, 2005.

_____. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** Rosangela Gvioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (org.).5 ed. São Paulo: Summus, 2006.

_____. **O desafio das diferenças na escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARINGÁ. Com. **O portal da Cidade. Dificuldades que os portadores de Necessidades Especiais enfrentam no seu dia a dia.** Disponível em: www.maringa.com/noticias/3308/Dificuldades+que+os+portadores+de+necessidades_Especiais+enfrentam+no+seu+dia+a+dia.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de; AMERICANO, Naura dos Santos. **Crianças e Adolescentes em situação de rua: a difícil Arte de Cuidar.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova, 2003.

_____, Gabriel Gonçalves; VELOSO, Letícia Maria Mendes. **Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional.** EditorialRBEB-
Ano2|nº2|Jan./Mar.2017. Disponível em: https://rbeducacaobasica.com.br/principais_desafios_na_inclusão_dos_alunos_com_deficiencia_no_sistema_educacional/

PANDÉIA. Revista do curso de Pedagogia da Universidade FUMEC. Capa> Ano X1 | nº 17 | 2014 >Araújo. Disponível em: www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/3929/1949.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca.** 1994. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/Seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Aceso em: 18 março. 2014.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa.** - 1ª Edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.